

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA**

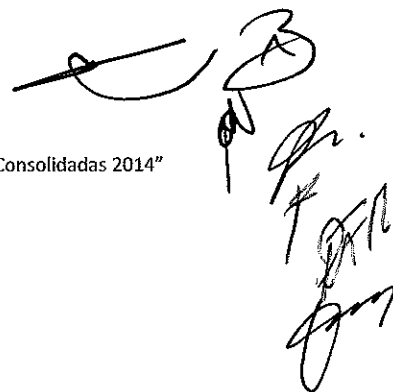
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ANO ECONÓMICO DE 2014

[Handwritten signatures and initials]

Índice

I - Relatório de Gestão	1
1 Enquadramento Geral.....	2
2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	3
3 Método de Consolidação	3
4 Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada	3
II - Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	6
1 Balanço Consolidado	7
2 Demonstração de Resultados Consolidados	9
3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	10
III - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	11
1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação	12
2 Entidades excluídas da consolidação	12
3 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	12
4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação	12
5 Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo	13
6 Informações sobre saldos e fluxos financeiros	13
7 Informações relativas a compromissos.....	14
8 Informações relativas a políticas contabilísticas	14
9 Informações relativas a determinadas rubricas.....	16
IV – Parecer e Certificação Legal das Contas	19



I - Relatório de Gestão

1 Enquadramento Geral

Atendendo a que a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, adiante designada de AMTQT, se encontra inserida no setor local e perante a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), é classificada como uma entidade associativa municipal (artigo 2.º, al. d) do RFALEI) e ao mesmo tempo como entidade-mãe ou entidade consolidante (artigo 75.º, n.º 2), vem a mesma apresentar os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2014.

A consolidação de contas no setor local surge como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local. Este melhoramento traduz-se no colmatar das carências de informação verificadas a um nível mais reduzido.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além dos documentos de prestação de contas individuais que as entidades do setor local são obrigadas a apresentar, passam, também, a apresentar documentos de prestação de contas consolidadas do grupo público municipal em que a entidade se enquadra.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

A consolidação permite, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal e uma consolidação por setor de atividade, uma avaliação das políticas públicas locais.

Dado que qualquer processo de consolidação de contas está intimamente ligado à qualidade da informação contabilística fornecida pelos diversos organismos a integrar na consolidação, o desenvolvimento da contabilidade pública e da contabilidade autárquica a nível nacional contribui para a normalização e uniformização da prática contabilística e, consequentemente, para a melhoria da informação contabilística produzida pelas diferentes entidades públicas.

2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

A entidade incluída no perímetro de consolidação da AMTQT, atendendo ao disposto no artigo 75.º do RFALEI, é a Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A., com o NUIPC 505542331, com sede na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, Edifício GAT, 5370-340 Mirandela.

A Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A. é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O seu objeto consiste na prestação dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos dos municípios que integram a AMTQT, dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e dos municípios que integram a Associação de Municípios do Douro Superior.

Exerce ainda realizar atividades no âmbito das energias renováveis, bem como do tratamento automático de informação e de planeamento territorial, habitação e de transportes públicos.

Pode ainda realizar atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográficas e outras.

3 Método de Consolidação

O método de consolidação adotado pela AMTQT foi o de consolidação proporcional, o qual consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos Fluxos de Caixa da entidade consolidante dos elementos respetivos do Balanço, da Demonstração de Resultados e dos Fluxos de Caixa da entidade consolidada na parte correspondente à participação da AMTQT no capital social, que neste caso é de 41%.

4 Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada

A AMTQT como entidade-mãe é responsável pela apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do grupo público municipal.

As demonstrações financeiras consolidadas que se seguem afiguram, estruturadamente, a posição e o desempenho do grupo público municipal, ao proporcionar a informação financeira em resultado das atividades desenvolvidas durante o exercício de 2014.

O exercício de 2014 é o primeiro em que a AMTQT se encontra obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, considerando-se por isso este como o ano zero. Atendendo à nota explicativa e anexos do SATAPOCAL publicada no sítio de Internet da DGAL sob o título "*Consolidação de Contas pelos Municípios - Instruções Para o Exercício de 2014*", não se torna exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de

informação financeira consolidada reportada ao início do exercício de 2014, ou seja, ao final do exercício de 2013. Assim, a coluna referente ao ano de 2013 que consta nas seguintes tabelas e mapas não contém qualquer valor.

4.1 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo público municipal à data do encerramento do exercício de 2014, dando a conhecer, por um lado, o ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Balanço Consolidado	2014	2013
Ativo Líquido	24.704.575,97	-
Imobilizado	17.819.658,13	-
Circulante		
Existências	67.527,14	-
Dívidas de Terceiros	5.851.236,21	-
Disponibilidades	681.599,30	-
Acréscimos e Diferimentos	284.555,19	-
Passivo	12.372.241,84	-
Provisões	603.944,64	-
Dívidas a Terceiros		
Médio e Longo Prazo	2.632.211,52	-
Curto Prazo	2.083.183,31	-
Acréscimos e Diferimentos	7.052.902,37	-
Fundos Próprios	12.332.334,13	-
Património	3.452.715,55	-
Reservas	1.814.079,71	-
Resultados Transitados	7.150.308,90	-
Resultado Líquido do Exercício	-84.770,03	-

A principal componente do ativo consolidado corresponde ao imobilizado, que representa cerca de 72% do total do seu valor, bem demonstrativa da importância do respetivo agregado no grupo público municipal.

Por outro lado, o ativo circulante representa cerca de 27% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

Os compromissos assumidos pelo grupo público municipal concentram-se maioritariamente nos acréscimos e diferimentos (57,01%) e nas dívidas a terceiros de curto e de médio e longo prazo (38,11%).

Os Fundos Próprios totalizam um montante de 12.332.334,13 euros e são constituídos maioritariamente pelos Resultados Transitados (7.150.308,90 euros) e pelo Património (3.452.715,55 euros).

4.2 Análise da Demonstração dos Resultados

Demonstração de Resultados Consolidada	2014	2013
Custos e Perdas	5.375.007,23	-
Total dos Custos Operacionais	5.299.188,91	-
Total dos Custos Financeiros	51.081,03	-
Total dos Custos Extraordinários	56,95	-
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	24.680,34	-
Proveitos e Ganhos	5.290.237,20	-
Total de Proveitos Operacionais	4.650.379,67	-
Total de Proveitos Financeiros	102.453,77	-
Total de Proveitos Extraordinários	537.403,76	-
Resultado Líquido do Exercício	-84.770,03	-

Da atividade desenvolvida pelo grupo público municipal em 2014 ocorreu um resultado líquido negativo em 84.770,03 euros originário de um total de proveitos de 5.290.237,20 euros e de um total de custos incorridos de 5.375.007,23 euros.

4.3 Indicadores de Gestão

No quadro em baixo encontram-se os principais indicadores de gestão do grupo económico municipal para o exercício de 2014:

Indicadores Financeiros	2014	2013
Grau de Autonomia Financeira	0,50	-
Grau de Solvabilidade	1,00	-
Liquidez Geral	3,30	-
Liquidez Reduzida	3,27	-
Liquidez Imediata	0,07	-

II - Demonstrações Financeiras Consolidadas

1 Balanço Consolidado

Código das Contas	ATIVO	Exercícios	
		2014	2013
		AL	AL
	Imobilizado:		
	Imobilizações incorpóreas:		
431	Despesas de instalação		
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	261.070,71	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	670.240,61	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas	683.911,01	0,00
	Diferenças de Consolidação	192.392,05	0,00
		1.807.614,38	0,00
	Imobilizações corpóreas:		
421	Terrenos e recursos naturais	171.184,82	0,00
422	Edifícios e outras construções	4.861.871,57	0,00
423	Equipamento básico	5.046.727,43	0,00
424	Equipamento de transporte	26.045,25	0,00
425	Ferramentas e utensílios	2.937,70	0,00
426	Equipamento administrativo	3.294,33	0,00
442	Imobilizações em curso	5.792.947,32	0,00
		15.905.008,42	0,00
	Investimentos financeiros:		
411	Partes de capital	14.964,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	92.071,33	0,00
		107.035,33	0,00
	Circulante:		
	Existências:		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	67.527,14	0,00
		67.527,14	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
211	Clientes c/c	1.318.490,37	0,00
24	Estado e outros entes públicos	4.662,63	0,00
264	Administração autárquica	2.472.622,68	0,00
262 + 263 + 267 + 268 + 221	Outros devedores	2.055.460,53	0,00
		5.851.236,21	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:		
12 + 13 + 14	Depósitos em instituições financeiras	680.894,71	0,00
11	Caixa	704,59	0,00
		681.599,30	0,00
	Acréscimos e diferimentos:		
271	Acréscimos de proveitos	277.721,02	0,00
272	Custos diferidos	6.834,17	0,00
		284.555,19	0,00
	Total de amortizações		
	Total de ajustamentos		
	Total do Ativo	24.704.575,97	0,00

Código das contas		Exercícios	
		2014	2013
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Capital próprio:		
51	Património	3.452.715,55	0,00
53	Prestações suplementares	0,00	0,00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:		
571	Reservas legais	532.874,71	0,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574 a 579	Outras (subsídios e doações)	1.281.205,00	0,00
59	Resultados transitados	7.150.308,90	0,00
	Subtotal	12.417.104,16	0,00
88	Resultado líquido do exercício	-84.770,03	0,00
89	Dividendos antecipados		
	Total de Fundos Próprios	12.332.334,13	0,00
	Passivo		
	Provisões		
291	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
293/8	Outras provisões	603.944,64	0,00
		603.944,64	0,00
	Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
23	Dívidas a instituições de crédito	2.632.211,52	0,00
		2.632.211,52	0,00
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
	Empréstimos por obrigações:		
221	Fornecedores, c/c	1.045.086,21	0,00
2612	Fornecedores de imobilizado	11.891,81	0,00
24	Estado e outros entes públicos	89.092,72	0,00
	Outros credores	924.875,25	0,00
262+263+264+265+	Garantias e Cauções	12.237,32	0,00
+267+268+211		2.083.183,31	0,00
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	323.423,08	0,00
274	Proveitos diferidos	5.316.288,64	0,00
276	Passivos por impostos diferidos	1.413.190,65	0,00
		7.052.902,37	0,00
	Total do passivo	12.372.241,84	0,00
	Total de Fundos Próprios e do Passivo	24.704.575,97	0,00

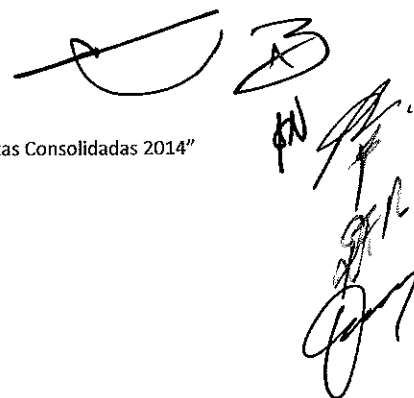
2 Demonstração de Resultados Consolidados

Mapa de Demonstração de Resultados Consolidada

Código das Contas		Exercícios			
		2014		2013	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias		0,00		0,00
	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos		3.255.311,20		0,00
641 + 642	Custos com o pessoal				
	Remunerações	714.102,80		0,00	
	Encargos sociais:				
643 + 644	Pensões				
645/8	Outros	186.637,52	900.740,32	0,00	0,00
662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	1.031.092,45		0,00	
67	Provisões	61.500,00	1.092.592,45	0,00	0,00
63	Transferências e subsídios correntes concedidos	40.000,00		0,00	
65	Outros custos e perdas operacionais	10.544,94	50.544,94	0,00	0,00
	(A)		5.299.188,91		0,00
682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
683 + 684	Amortizações e ajustamentos aplicações e invest. financeiros				
(1)	Juros e custos similares:				
	Relativos a empresa do grupo				
	Outros	51.081,03	51.081,03	0,00	0,00
	(C)		5.350.269,94		0,00
69	Custos e perdas extraordinários		56,95		0,00
	(E)		5.350.326,89		0,00
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		24.680,34		0,00
	(G)		5.375.007,23		0,00
88	Resultado líquido do exercício		-84.770,03		0,00
			5.290.237,20		0,00
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas:				
	Mercadorias				
	Produtos	426.478,44		0,00	
72	Prestações de serviços	2.860.061,44	3.286.539,88	0,00	0,00
(2)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares	66.087,82		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	1.289.575,89		0,00	
76	Outros proveitos operacionais	8.176,08	1.363.839,79	0,00	0,00
	(B)		4.650.379,67		0,00
78	Proveitos e ganhos financeiros		102.453,77		0,00
	(D)		4.752.833,44		0,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários		537.403,76		0,00
	(F)		5.290.237,20		0,00
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A)			-648.809,24		0,00
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)			51.372,74		0,00
Resultados correntes: (D) - (C)			-597.436,50		0,00
Resultados antes de impostos: (F)- (E)			-60.089,69		0,00
Resultado líquido do exercício: (F) - (G)			-84.770,03		0,00

3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da gerência anterior		750.675	Despesas orçamentais		6.331.924
Execução Orçamental	722.439		Correntes	5.879.023	
Operações de Tesouraria	28.236		Capital	452.901	
Receitas orçamentais		6.264.029	Operações de Tesouraria		200.935
Correntes	5.536.821		Saldo para a gerência seguinte		681.599
Capital	727.209		Execução Orçamental	654.544	
Outras	0		Operações de Tesouraria	27.055	
Operações de Tesouraria		199.753			
Total		7.214.458	Total		7.214.458



III - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

Síntese das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% Capital Detido em 2014
Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.	Rua Fundação Calouste Gulbenkian, Edifício GAT, 5370-340 Mirandela	Prestação dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos	41,00%

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 8.

2 Entidades excluídas da consolidação

Não existem participações excluídas da consolidação.

Atendendo à nota explicativa e anexos do SATAPOCAL publicada no sítio de Internet da DGAL sob o título "Consolidação de Contas pelos Municípios - Instruções Para o Exercício de 2014", o RFALEI não prevê qualquer situação de dispensa ou exclusão de consolidação. Desta forma, foram analisadas as 3 entidades em que a AMTQT detém participações, a Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A. com 41%, o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. com 18,18% e a Spidouro, Sociedade de Promoção de Empresas e Investimentos do Douro e Trás-os-Montes, S.A. com 0,83%. Apenas a Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A. se encontra no perímetro de consolidação da AMTQT, atendendo ao n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI.

3 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras aqui apresentadas seguem os critérios valorimétricos previstos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro. Para este efeito, as demonstrações financeiras individuais da empresa intermunicipal foram refeitas de forma a permitir a comparabilidade, a agregação e a anulação de saldos.

4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da entidade que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

As diferenças de consolidação, no valor de 192.392,05 euros resultam do facto de a AMTQT não ter registado contabilisticamente as notas de débito relativas a juros de mora emitidas pela Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

5 Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo

O quadro em baixo apresenta a desagregação do endividamento consolidado de médio e longo prazos:

Código / Descrição das Contas	N.º	Valor
AMTQT	1	2.086.538,47
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo		
Resíduos do Nordeste, E.I.M., S.A.	2	545.673,05
Total	3 = 1 + 2	2.632.211,52
Eliminação de créditos / dívidas recíprocas	4	0
Grupo Público Consolidado	5 = 3 - 4	2.632.211,52

6 Informações sobre saldos e fluxos financeiros

No mapa seguinte apresentam-se os saldos e os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades no exercício de 2014:

i) Fluxos financeiros relativos a obrigações / pagamentos:

Tipo de Fluxos	Saldo Inicial	Obrigações const. no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações. Comerciais	0,00	38.553,20	0,00	38.553,20	0,00
Outros	2.507.556,67	0,00	0,00	941.321,87	1.566.234,80

ii) Fluxos financeiros relativos a direitos / recebimentos:

Tipo de Fluxos	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	38.553,20	0,00	38.553,20	0,00
Outros	2.972.866,43	135.546,49	0,00	941.321,87	2.167.091,05

7 Informações relativas a compromissos

Nada a reportar

8 Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação. Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

Imobilizado

O ativo imobilizado, foi valorizado ao custo de aquisição ou produção.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, utilizando a fórmula de primeira entrada, primeira saída (FIFO) como fórmula de custeio das saídas de armazém.

Dívidas a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Amortizações

As amortizações do grupo estão contabilizadas com base nas taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado e com base nas taxas aplicáveis ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O método de cálculo das amortizações utilizado pelo grupo público municipal é o das quotas constantes ou linha reta.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base nos valores faturados aos clientes e quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens e subprodutos é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Os subsídios à exploração são reconhecidos imediatamente após o respetivo recebimento, pelo valor recebido, ou quando se constitui o direito à sua prestação.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua percepção, conforme as situações em concreto.

Subsídios à Exploração

São contabilizados na conta de subsídios à exploração atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedidos de pagamento efetuados).

Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juízos de valor.

Em relação às principais fontes de incerteza das estimativas foram utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período. Uma das fontes de incerteza que poderá provocar ajustamento material na quantia escriturada dos ativos prende-se com os preços unitários com base nos quais foi feita a valorização dos inventários, os quais poderão apresentar oscilações mais ou menos significativas. A outra fonte de incerteza está associada ao facto do grupo não controlar totalmente a marcha e o desfecho das negociações em curso com vista ao recebimento de créditos existentes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas tidas em conta na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

- Vida útil do património;
- Provisões das dívidas a receber;
- Provisões para riscos e encargos;
- Estimativa de encargos com férias e subsídio de férias;
- Proveitos a receber de projetos participados;
- Subsídios a receber de terceiras entidades;
- Taxas a receber de terceiros.

9 Informações relativas a determinadas rubricas

9.1 Financiamentos ocorridos no ativo imobilizado e amortizações acumuladas:

As taxas médias de depreciação do Património são as seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

O mapa do Imobilizado desagrega-se do seguinte modo:

Designação	Ativo Bruto	Amort./Provisões Acumuladas	Ativo Líquido
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital	22.449,00	7.485,00	14.964,00
Outros investimentos financeiros	109.677,24	17.605,91	92.071,33
Subtotal	132.126,24	25.090,91	107.035,33
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Terrenos e recursos naturais	171.184,82	0,00	171.184,82
Edifícios e outras construções	5.942.122,16	1.080.250,59	4.861.871,57
Equipamento básico	8.450.560,76	3.403.833,33	5.046.727,43
Equipamento de transporte	139.970,63	113.925,38	26.045,25
Ferramentas e utensílios	8.784,03	5.846,33	2.937,70
Equipamento administrativo	39.514,11	36.219,78	3.294,33
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	5.792.947,32	0,00	5.792.947,32
Subtotal	20.545.083,83	4.640.075,41	15.905.008,42
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
Despesas de investigação e desenvolvimento	261.070,71	0,00	261.070,71
Propriedade industrial e outros direitos	1.019.002,87	348.762,27	670.240,61
Outras imobilizações incorpóreas	683.911,01	0,00	683.911,01
Subtotal	1.963.984,59	348.762,27	1.615.222,33
TOTAL	22.641.194,66	5.013.928,59	17.627.266,08

9.2 Dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado:

As dívidas a terceiros reportadas a 31 de Dezembro de 2014 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

Dívidas a Terceiros	2014	2013
Dívidas de Médio / Longo Prazo		
Empréstimos de Médio / Longo Prazo	2.632.211,52	-
Dívidas de Curto Prazo		
Fornecedores, c/c	1.045.086,21	-
Fornecedores — Faturas em receção e conferência	0,00	-
Clientes e Utentes C/Cauções	12.237,32	-
Fornecedores de imobilizado, c/c	11.891,81	-
Estado e outros entes públicos	89.092,72	-
Outros credores	924.875,25	-
	4.715.394,83	-

9.3 Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços:

O valor consolidado das vendas e prestação de serviços reportado a 31 de Dezembro de 2014, repartido por categoria de atividade é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	AMTQT	RN, EIM, S.A.	Total
Vendas de Produtos Diversos	6.853,90	419.624,64	426.478,44
Prestação de Serviços	259.789,87	2.613.418,88	2.873.208,75
	266.643,67	3.033.043,52	3.299.687,19

9.4 Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros:

A Demonstração dos Resultados Financeiros a 31 de Dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

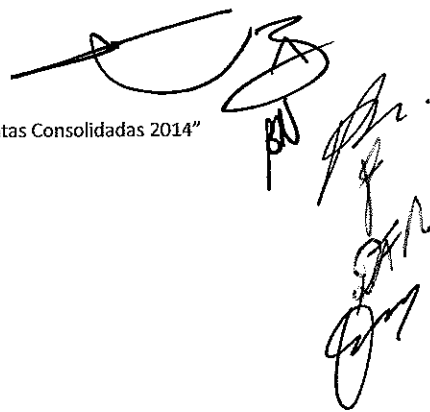
Custos e Perdas	2014	2013
Juros suportados	43.003,92	-
Provisões para aplicações financeiras	7.485,00	-
Outros custos e perdas financeiros	592,11	-
Resultados Financeiros	51.372,74	-

Proveitos e Ganhos	2014	2013
Juros obtidos	74.311,05	-
Rendimentos de imóveis	28.142,72	-

9.5 Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários:

No quadro em baixo apresenta-se a Demonstração dos Resultados Extraordinários a 31 de Dezembro de 2014.

Custos e Perdas	2014	2013
Outros Custos e Perdas Extraordinários	56,95	-
Resultados Extraordinários	537.346,81	-
Proveitos e Ganhos	2014	2013
Imputação de subsídios para Investimentos	536.996,41	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	300,15	-
Outros Proveitos de Ganhos Extraordinários	107,20	-



IV – Parecer e Certificação Legal das Contas

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores,

1. No decurso do desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, vimos submeter a V. Exas. o parecer sobre as contas consolidadas da **Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana** ("AMTQT" ou "Associação", doravante) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 (as quais compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por natureza, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos), nos termos do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 77º da Lei 73/2013 (Lei das Finanças Locais).
2. Acompanhámos a actividade da AMTQT durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto na Lei das Finanças Locais e nas restantes leis e regulamentos aplicáveis. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas consolidadas que se encontram elaborados em obediência com os requisitos legais, espelhando a situação financeira consolidada da Associação e aludindo às operações de maior significado.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas em 29 de Junho de 2015, na modalidade de opinião com duas reservas e duas ênfases.
4. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos regulamentos, verificámos que:
 - a) O Balanço consolidado, a Demonstração dos Resultados consolidados e o correspondente Anexo, complementados com a Certificação Legal de Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada da AMTQT;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
 - c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade consolidada da Associação, evidenciando os seus aspectos mais significativos; e

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral@pkf.pt | www.pkf.pt
Praça Duque de Saldanha - n.º 1, 4º Piso, H e O | 1050 – 094 | Lisboa | Portugal

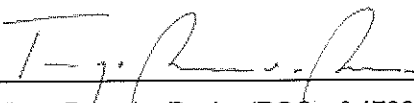
Contribuinte n.º 504 046 683
Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005


A PKF & Associados – SROC, Lda. é membro da PKF International, uma rede de entidades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

5. Face ao exposto, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas, consideramos que os documentos de prestação de contas consolidadas foram elaborados e apresentados de acordo com as disposições legais aplicáveis, pelo que somos de parecer que os referidos documentos poderão ser aprovados.

Porto, 29 de Junho de 2015

PKF & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700)


Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 24.704.576 euros e um total de Fundos Próprios de 12.332.334 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 84.770 euros), a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral@pkf.pt | www.pkf.pt
Praça Duque de Saldanha - n.º 1, 4.º Piso, H e O | 1050 – 094 | Lisboa | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683
Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 9005

A PKF & Associados – SROC, Lda. é membro da PKF International, uma rede de entidades legalmente independentes a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:
 - i) Encontra-se ainda em curso o processo de inventariação, mensuração e registo dos bens que constituem o património da Associação. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre o valor das rubricas de Imobilizado evidenciadas no Balanço consolidado e, consequentemente, sobre as Amortizações do exercício que constam da Demonstração dos Resultados consolidados.
 - ii) Na data de emissão do presente relatório ainda não havíamos obtido a resposta ao pedido de confirmação externa de saldos e outras informações enviado à empresa “PT Comunicações, S.A.”. Por esta razão, e por não nos ter sido possível realizar adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação, não pudemos concluir relativamente à razoabilidade do saldo de 1.451.210 euros incluído na rubrica do activo designada por “Outros Devedores”.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfases


9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, gostaríamos de chamar a atenção de V. Exas. para as seguintes situações:
- i) O resultado líquido negativo do exercício resulta, essencialmente, do facto de a Associação não respeitar na sua plenitude o princípio do acréscimo, reconhecendo totalmente o proveito inerente a determinado subsídio ao investimento no momento em que este é recebido. De salientar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
 - ii) Conforme referido no ponto 4 do Relatório de Gestão Consolidado, o exercício de 2014 é o primeiro em que a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana se encontra obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas. Deste modo, nos termos da legislação aplicável, considera-se não exigível a apresentação de informação financeira consolidada reportada ao final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

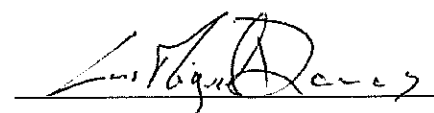
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 29 de Junho de 2015

PKF & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700)


Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326)